



**INSTITUTO
FEDERAL**

Paraíba

Campus
Cajazeiras

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS CAJAZEIRAS
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA**

VICTORIA FERREIRA FEITOSA

**REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA MOEDA NO ENSINO DE MATEMÁTICA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

CAJAZEIRAS-PB

2025

VICTORIA FERREIRA FEITOSA

**REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA MOEDA NO ENSINO DE MATEMÁTICA:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada junto ao **Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Matemática** do Instituto Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de **Especialista em Matemática**.

Orientador(a):

Profa. Dra. Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes.

CAJAZEIRAS-PB

2025

VICTORIA FERREIRA FEITOSA

**A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA MOEDA NO ENSINO DE MATEMÁTICA:
REFLEXÕES E RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao programa de Curso de Pós Graduação em Matemática do Instituto Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialista em Matemática.

Data de aprovação: 20/03/2025

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA DA CRUZ PEREIRA DE MORAES
Data: 03/04/2025 16:03:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Documento assinado digitalmente
 ANTONIA EDIVANEIDE DE SOUSA GONZAGA
Data: 05/04/2025 13:45:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andrezza Klyvia Oliveira de Araújo
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Documento assinado digitalmente
 ANDREZZA KLYVIA OLIVEIRA DE ARAUJO
Data: 10/04/2025 20:04:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

FICHA CATALOGRÁFICA

IFPB / Campus Cajazeiras
Coordenação de Biblioteca
Biblioteca Prof. Ribamar da Silva
Catalogação na fonte: Cícero Luciano Félix CRB-15/750

F311r Feitosa, Victoria Ferreira.

Reflexões sobre a história da moeda no ensino de matemática : um relato de experiência / Victoria Ferreira Feitosa. – Cajazeiras, 2025.
43f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cajazeiras, 2025.

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Paula Cruz Pereira de Moraes.

1. Ensino de matemática. 2. Educação financeira. 3. Ensino fundamental. 4. História da moeda. I. Instituto Federal da Paraíba. II. Título.

IFPB/CZ

CDU: 51:37(043.2)

“Tudo o que vemos ou parecemos é apenas um sonho dentro de um sonho.”

Edgar Allan Poe, A Dream Within a Dream

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente pela ajuda, pelo apoio emocional e pela motivação durante os longos meses de preparação, planejamento e execução deste trabalho. Sou grata também pela perseverança e pela admiração dedicadas à minha trajetória.

Em especial, dedico este momento aos meus colegas de vida: Jorge Luís Lourenço, que, por meio de conversas, me ajudou a arquitetar o tema; Fagner Ferreira, por oferecer o suporte inicial na pós-graduação, pois sem ele não seria possível; Francisca Kelly Duarte, Anderson Gonçalves e José de Oliveira, pela parceria ao longo do curso de Especialização; ao Campus, pelo espaço acolhedor — e pelas feijoadas das sextas-feiras.

Agradeço à minha orientadora, Ana Paula da Cruz, por todo o auxílio e por estar sempre disponível para resolver as intercorrências. Estendo minha gratidão às professoras Andrezza Klivya Oliveira e Antônia Edivaneide de Sousa por aceitarem o convite para compor a banca — um gesto pelo qual serei eternamente grata.

Aos meus pais, Aldenir Ferreira e Luís Alves, obrigada por sempre apoiarem meus estudos. À minha irmã, Vanessa Ferreira, pela ajuda na compreensão das leis envolvidas no trabalho. E a Evandro Picolo, minha gratidão por ter me ajudado a destravar diversos dilemas ao longo dessa jornada.

RESUMO

O dinheiro está presente no cotidiano de forma constante, seja fisicamente, como papel-moeda, ou digitalmente, como o Pix. No entanto, a compreensão sobre a sua evolução histórica e os significados que carrega ao longo do tempo ainda é pouco abordada nas práticas escolares. Diante disso, este trabalho tem como tema a história das moedas e como elas podem ser trabalhadas pedagogicamente. Parte-se do seguinte problema: qual a importância de estudar a trajetória das moedas para os estudantes do Ensino Fundamental? O objetivo geral é compreender o uso da moeda ao longo do tempo e suas implicações na sociedade, promovendo uma análise crítica por meio da interdisciplinaridade entre História e Matemática, com ênfase na Educação Financeira e no que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A fundamentação teórica foi construída por meio de revisão bibliográfica, considerando fontes acadêmicas, materiais históricos e documentos oficiais, com destaque para a história da moeda e sua relação com a Educação Financeira. Em seguida, realizou-se uma experiência didático-pedagógica durante a Semana da Educação Financeira, com a atividade “Feira do Aluno Empreendedor”, desenvolvida na Escola Municipal Dr. José Dantas Pinheiro (São João do Rio do Peixe – PB), no ano de 2023. A partir da prática, foi possível observar o envolvimento dos estudantes na construção de materiais, pesquisas e apresentações, conectando o conteúdo ao cotidiano. Os resultados demonstram que trabalhar a história da moeda estimula reflexões críticas sobre os contextos históricos, políticos e econômicos que influenciam nossa realidade. Conclui-se que a abordagem do tema amplia o repertório dos alunos e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes quanto ao uso do dinheiro, às transformações econômicas e à importância da estabilidade financeira para o futuro das próximas gerações.

Palavras-chave: História das moedas. Educação Financeira. Ensino Fundamental. Educação Matemática.

ABSTRACT

Money is constantly present in our daily lives, whether physically, as paper currency, or digitally, through platforms like Pix. However, the understanding of its historical evolution and the meanings it has carried over time is still scarcely addressed in school practices. In this context, this study focuses on the history of currency and how it can be pedagogically explored. It is guided by the following problem: what is the importance of studying the trajectory of currency for elementary school students? The general objective is to understand the use of money over time and its implications for society, promoting critical analysis through the interdisciplinary approach between History and Mathematics, with an emphasis on Financial Education and the guidelines proposed by the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). The theoretical foundation was built through a bibliographic review, considering academic sources, historical materials, and official documents, highlighting the history of money and its connection with Financial Education. Subsequently, a didactic-pedagogical experience was carried out during Financial Education Week, through the activity "Student Entrepreneur Fair", held at Escola Municipal Dr. José Dantas Pinheiro (São João do Rio do Peixe – PB) in 2023. From this practice, it was possible to observe student engagement in the creation of materials, research, and presentations, linking the content to everyday life. The results show that working with the history of currency stimulates critical reflection on the historical, political, and economic contexts that shape our reality. It is concluded that addressing this topic expands students' knowledge and contributes to the formation of more conscious citizens regarding the use of money, economic changes, and the importance of financial stability for the future of upcoming generations.

Keywords: History of coins, Financial Education, Elementary Education, Mathematical Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Roda de conversa entre os estudantes.....	33
Figura 2 – Elaboração dos cartazes na turma do 6º ano	34
Figura 3 – Elaboração dos cartazes na turma do 7º ano	34
Figura 4 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Escambo na turma do 6º ano E.....	35
Figura 5 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Réis Imperial na turma de 6º ano E.....	36
Figura 6 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Réis Republicano na turma de 6º ano F.....	36
Figura 7 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Cruzado de 1986 na turma do 6º ano F.....	37
Figura 8 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre Cruzado Novo 1989.....	38
Figura 9 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Cruzeiro de 1990.....	38
Figura 10 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Real de 1994	39

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	11
1 Noções sobre História da Moeda	13
1.1 Antiguidade.....	13
1.2 Idade Média.....	15
1.3 Idade Moderna.....	17
1.4 Idade Contemporânea.....	18
1.5 Brasil: Primeiro contato e período colonial.....	19
1.6 Brasil Império.....	21
1.7 Brasil República.....	22
2 A moeda como instrumento de ensino de Matemática	25
2.1 A Interdisciplinaridade da Matemática com a História: Abordagens da Educação Financeira.....	25
2.2 O valor e seus significados.....	27
3 Relatos de experiência de atividade pedagógica de ensino e aprendizagem acerca da História da Moeda	29
3.1 Origem da proposta, contexto escolar e envolvimento dos participantes.....	29
3.2 Materiais e métodos da atividade pedagógica: passos de sua realização.....	31
3.3 Reflexões sobre a experiência com os estudantes.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

O dinheiro, em suas múltiplas formas e significados, é uma presença constante no cotidiano das sociedades contemporâneas. Desde as primeiras formas de escambo até as atuais transações digitais, como o uso do Pix, a moeda passou por profundas transformações que acompanharam as mudanças econômicas, políticas e sociais da humanidade. No contexto educacional, abordar a história da moeda possibilita uma compreensão ampla e crítica do papel que o dinheiro ocupa na organização das sociedades, além de contribuir para o desenvolvimento do pensamento reflexivo dos estudantes sobre a realidade em que vivem. A partir desse **tema**, a proposta deste trabalho se ancora na relação entre a história da moeda e o ensino de Matemática, considerando suas interfaces com a Educação Financeira e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na formação de sujeitos críticos e conscientes.

Apesar de ser elemento central da vida em sociedade, a moeda ainda é pouco explorada de forma aprofundada nos ambientes escolares, sobretudo em seus princípios históricos, sociais e culturais. Diante disso, surgem **questionamentos fundamentais**: a moeda utilizada atualmente possui o mesmo significado que nos primórdios da civilização? Qual a relevância dessa história para o debate em sala de aula e para a construção de uma educação financeira crítica? De que maneira a trajetória das moedas no Brasil pode ser explorada de forma didática junto aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental?

A **relevância** deste trabalho justifica-se pela urgência de se promover, no ambiente escolar, uma abordagem educativa que integre os saberes históricos e matemáticos à realidade financeira vivida pelos estudantes e suas famílias. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e pelo consumo desenfreado, a Educação Financeira torna-se não apenas um conteúdo importante, mas um direito formativo essencial. Inserir a história da moeda como eixo interdisciplinar permite, assim, ampliar o repertório dos alunos sobre o funcionamento da economia, os mecanismos do sistema monetário e os impactos sociais das políticas financeiras. Além disso, o tema favorece a valorização do patrimônio histórico e cultural brasileiro, contribuindo para que os estudantes compreendam como as transformações monetárias refletiram e moldaram diferentes momentos da nossa história nacional.

O **objetivo geral** deste trabalho é compreender o uso das moedas como dinheiro, analisando sua trajetória histórica e suas implicações sociais e educativas. Para atingir esse objetivo, serão considerados os seguintes **objetivos específicos**: investigar as origens e transformações do conceito de moeda desde os tempos antigos até a atualidade (considerado na sessão 1); refletir sobre a relação entre o ensino de Matemática e a Educação Financeira no contexto da BNCC (considerado na sessão 2); analisar a aplicabilidade pedagógica do tema por meio de práticas didáticas em sala de aula, com ênfase na interdisciplinaridade entre História e Matemática (considerado na sessão 3). Assim, busca-se oferecer aos estudantes uma formação que vá além dos cálculos e conceitos matemáticos tradicionais, estimulando a leitura crítica do mundo e o desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania financeira.

A **metodologia** adotada neste estudo está estruturada em duas etapas complementares. A primeira, de caráter teórico-bibliográfico, envolve a análise de obras acadêmicas, documentos oficiais e materiais históricos que subsidiam a discussão sobre a história da moeda, sua relevância educacional e sua articulação com a BNCC e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A segunda etapa corresponde à aplicação prática do tema no ambiente escolar, por meio do relato de experiência da “Feira do Aluno Empreendedor”, realizada na Escola Municipal Dr. José Dantas Pinheiro, em São João do Rio do Peixe (PB), durante a Semana da Educação Financeira, no ano de 2023. Essa etapa empírica possibilitou a observação direta do envolvimento dos alunos com o tema e a avaliação das potencialidades pedagógicas do trabalho com a história da moeda.

Para a melhor organização e compreensão dos conteúdos, o trabalho está estruturado em três seções principais. A **primeira seção** apresenta noções acerca da história da moeda, desde os primeiros sistemas de trocas até o surgimento das moedas metálicas e papel-moeda, com foco especial na trajetória brasileira e nas sucessivas mudanças da moeda oficial do país. A **segunda seção** discute o uso da moeda como instrumento de ensino da Matemática, abordando a importância da Educação Financeira na formação de estudantes conscientes e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. A **terceira e última seção** traz um relato de experiência, no qual são descritas as etapas de atividade pedagógica desenvolvida em sala de aula, seus impactos e reflexões geradas a partir da culminância na Feira do Aluno Empreendedor.

1 Noções sobre História da Moeda

1.1 Antiguidade

Ao analisarmos os primeiros registros históricos da humanidade, percebe-se que os agrupamentos comunitários surgiram como resposta às necessidades básicas de sobrevivência. Nesses grupos primitivos, inexistia um sistema monetário estruturado. Os indivíduos buscavam, prioritariamente, suprir suas carências imediatas por meio da coleta, caça e pesca. Com o tempo, surgiram interações entre comunidades distintas, nas quais se estabeleciam trocas de bens com base na utilidade e escassez dos objetos. Essa forma primitiva de comércio é conhecida como escambo, sendo fundamentada na equivalência percebida entre mercadorias ou serviços.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2002), quando determinado bem não era produzido em uma comunidade, os indivíduos buscavam outro grupo que o possuísse, realizando a troca por objetos de valor semelhante, como conchas, peles, sal, plumas ou alimentos. Essa prática não estava ancorada em um sistema fixo de valores, mas em necessidades e convenções locais. Com o tempo, esse modelo se mostrou insuficiente para atender à complexidade crescente das relações sociais, o que impulsionou a busca por instrumentos mais eficazes de mediação econômica.

Autores como Coimbra (1956) destacam que, embora qualquer item pudesse ser usado como meio de troca – inclusive pessoas, como escravos –, havia uma lógica subjacente que conferia legitimidade à prática. A justiça das trocas residia na percepção coletiva de valor, não na padronização monetária. Materiais como ferro, vidro, porcelana e até madeira foram empregados por diferentes civilizações para este fim, antes mesmo do surgimento das moedas metálicas cunhadas.

A introdução de pactos entre líderes de diferentes regiões visava garantir estabilidade nas trocas e evitar conflitos territoriais. Conforme aponta Dal Ri Júnior (2004), registros históricos indicam que, por volta de 3000 a.C., já existiam acordos comerciais entre os reinos de Ebla e Assur, o que demonstra a importância das relações econômicas para a manutenção da ordem social. A complexificação dessas trocas levou ao surgimento da moeda como símbolo de equivalência e meio facilitador das relações econômicas, permitindo não apenas a troca imediata, mas também o acúmulo de valor.

Segundo Rigo e França (2017), a moeda passou a ser concebida como instrumento de padronização dos valores, promovendo maior justiça nas trocas e tornando-se um mecanismo de reserva. Ainda que metais preciosos como ouro e prata já fossem utilizados antes do surgimento formal das moedas, seu valor era relacionado mais à estética ou ao simbolismo do que a um poder de compra propriamente dito. O reino de Hammurabi, por exemplo, utilizava lingotes moldados com símbolos reais, os quais já apresentavam uma forma rudimentar de cunhagem e reconhecimento de autenticidade.

A compreensão de que a moeda possui um valor simbólico estabelecido pela coletividade e garantido por instituições se fortaleceu com o tempo. Conforme observa Coimbra (1956), a moeda passou a representar a soberania do Estado, sendo emitida com cunhos oficiais que asseguravam sua autenticidade. Esse caráter legal conferia às trocas estabilidade e segurança, transformando o simples objeto metálico em um instrumento regulador das relações econômicas.

A partir do momento em que a moeda se consolidou como instrumento de troca, sua função foi sendo ampliada. Para além da mediação nas trocas, passou a exercer o papel de representação de valor e reserva de riqueza. Conforme destaca Augusto (2011), duas interpretações são possíveis sobre a origem do dinheiro: a primeira compreende sua criação como resultado espontâneo das interações entre indivíduos em busca da satisfação de suas necessidades; a segunda aponta para um processo evolutivo, no qual os sujeitos desenvolvem, coletivamente, a noção de valor associada aos bens.

O surgimento da moeda metálica marcou uma etapa significativa na história econômica, especialmente por permitir maior controle sobre as transações. De acordo com Coimbra (1956), a moeda passou a ser definida como uma peça de metal, emitida por autoridade soberana, com valor reconhecido legalmente. Essa definição evidencia a vinculação entre moeda, poder estatal e estabilidade social. A legitimidade do dinheiro não residia apenas em sua composição material, mas na confiança coletiva depositada no ente que o emitia.

Na Grécia Antiga, particularmente nas cidades-Estado, a moeda começou a ser empregada com maior regularidade nas relações comerciais internas e externas. Segundo Dal Ri Júnior (2004), a partir do século VII a.C., já havia normas que regulavam a exportação de mercadorias e a conversão monetária entre diferentes regiões, o que impulsionou o comércio entre as cidades gregas. Ainda que essas

idades fossem politicamente autônomas, mantinham relações comerciais articuladas, o que exigia certo grau de normatização econômica.

No pensamento aristotélico, a moeda assumia uma função paradoxal: embora criada como instrumento auxiliar do comércio, rapidamente se tornou um elemento autônomo e dominante. Essa compreensão já indicava a complexidade crescente que a moeda passaria a ter nas sociedades posteriores. A cunhagem estatal, nesse contexto, não apenas garantia a composição e o peso das peças monetárias, mas também legitimava a circulação, assegurando uniformidade e aceitação generalizada (Augusto, 2011).

1.2 Idade Média

O desenvolvimento da moeda na civilização grega influenciou diretamente outras culturas, como a romana. Em Roma, estabeleceu-se o conceito de *jus gentium*, ou “direito das gentes”, o qual regulava as relações econômicas entre povos distintos. Dal Ri Júnior (2004) aponta que esse corpo normativo serviu como base para a livre circulação de bens e para a cobrança de tributos alfandegários, que se tornaram fundamentais para a manutenção das finanças imperiais. Tais tributos assemelham-se, em sua função, às atuais tarifas sobre importação e exportação.

Embora o sistema bancário romano ainda fosse incipiente, já havia instituições voltadas à concessão de crédito e à realização de operações de câmbio. Conforme assinala o mesmo autor, tais atividades estavam, em sua maioria, voltadas ao consumo privado e à poupança, sem que houvesse uma estrutura sólida semelhante à da Idade Média ou do Renascimento. Ainda assim, a existência dessas práticas revela a sofisticação gradativa do sistema econômico.

Durante o Império Romano, a moeda passou a circular em larga escala, especialmente com o surgimento do *denarius*, unidade cunhada em prata com valor equivalente ao serviço diário de um trabalhador. Seu uso se expandiu pelas regiões conquistadas, consolidando-se como um dos primeiros modelos monetários padronizados e amplamente aceitos. Com o tempo, no entanto, a tentativa de aumentar seu valor sem alterar a cunhagem original levou à sua adulteração. Moedas passaram a ser banhadas a ouro, conferindo-lhes uma aparência mais valiosa do que realmente possuíam, beneficiando principalmente as classes mais abastadas (Dal Ri Júnior, 2004).

O declínio do Império Romano do Ocidente, no século V, implicou mudanças significativas na organização econômica da Europa. Embora o Império do Oriente tenha mantido certas estruturas, o sistema de controle nos portos e a política monetária passaram a apresentar fragilidades. A queda do império contribuiu para a fragmentação das trocas comerciais e para a instabilidade econômica, exigindo, nas regiões remanescentes, novos arranjos para viabilizar o comércio e preservar a soberania local.

No período subsequente, observou-se uma reorganização gradual da sociedade europeia. Com a estabilização das invasões bárbaras, houve uma retomada do comércio no continente. Segundo Dal Ri Júnior (2004), esse renascimento comercial foi impulsionado, em grande parte, pelas cruzadas iniciadas no século XII, que ampliaram os contatos entre o Oriente e o Ocidente. A circulação de mercadorias passou a demandar regulamentações mais robustas, especialmente com o crescimento das cidades e o aumento das rotas de comércio.

A Igreja também exerceu influência considerável sobre o desenvolvimento do comércio na Idade Média. Inicialmente, suas restrições incidiam sobre determinadas práticas comerciais e sobre o empréstimo de dinheiro com juros, prática conhecida como *usura*. Em paralelo, buscava controlar o fluxo de mercadorias e taxar os mercadores estrangeiros, com o intuito de proteger os interesses econômicos locais. A atuação eclesiástica contribuiu para moldar os valores associados à atividade comercial e para definir o que era considerado justo ou moralmente aceitável.

A valorização de uma mercadoria no mercado medieval não se restringia apenas à sua composição ou raridade. Como aponta Augusto (2011), fatores como o número de interessados, a intensidade do desejo pelo bem, a oferta disponível e o tempo de circulação influenciavam diretamente no preço. Esses elementos reforçam a ideia de que o valor monetário é construído socialmente, sendo influenciado por múltiplas variáveis econômicas e culturais.

Com o crescimento das relações comerciais entre Estados durante a Idade Média, tornou-se necessário estabelecer instrumentos jurídicos que assegurassem os direitos dos mercadores. Segundo Dal Ri Júnior (2004), tais mecanismos jurídicos buscavam oferecer garantias mínimas àqueles que, ao se deslocarem para desenvolver suas atividades, se viam expostos a diferentes legislações e riscos. Um exemplo emblemático foi a criação da moeda chamada “cruzado”, cunhada por ordem

de D. Afonso V, em alusão à Bula da Cruzada recebida do Papa Pio II, simbolizando o vínculo entre religião, poder e economia.

Com o avanço do tempo, o fim da Idade Média foi marcado por tentativas de controle mais rigoroso das atividades comerciais. Buscava-se proteger os interesses dos Estados por meio da imposição de impostos sobre as exportações, ampliando a arrecadação pública. Tais práticas delinearam os primeiros traços do que viria a ser conhecido como mercantilismo, doutrina que passou a influenciar fortemente as políticas econômicas da Idade Moderna (Dal Ri Júnior, 2004).

1.3 Idade Moderna

A transição para o pensamento mercantilista contou com a contribuição de intelectuais que buscavam justificar e consolidar uma nova lógica econômica. Entre eles, destacam-se Francisco de Victória, Hugo Grotius e Jean Bodin. Segundo Dal Ri Júnior (2004), esses pensadores propuseram uma estrutura jurídica e política voltada à regulamentação do comércio internacional, à valorização do trabalho e à defesa de um sistema universal de trocas, capaz de transformar qualquer bem em equivalente monetário. Suas ideias ajudaram a pavimentar o caminho para o surgimento do liberalismo econômico.

Francisco de Victória, em particular, rompeu com as concepções medievais de comércio, nas quais era comum a presença de mediadores que regulavam as atividades creditícias. Em seu lugar, propôs uma racionalidade mercantil mais ampla, fundamentada na valorização dos recursos naturais e das relações de trabalho como partes integrantes do sistema econômico. Essa nova perspectiva ampliou a noção de valor e reforçou a necessidade de normas que assegurassem a circulação livre de bens e riquezas entre as nações.

Hugo Grotius, por sua vez, destacou a importância da liberdade de navegação como instrumento de expansão comercial, ao passo que Jean Bodin enfatizou os direitos igualitários, inclusive no que diz respeito à moeda. Ambos contribuíram para o reconhecimento de que o dinheiro não deveria ser privilégio exclusivo da elite, mas uma ferramenta acessível a todos os cidadãos, capaz de promover a estabilidade econômica e a equidade social.

De acordo com Coimbra (1956), a moeda passou a ocupar um lugar central na vida das pessoas, representando não apenas a possibilidade de adquirir bens, mas

também um símbolo de aspiração e pertencimento. Ao concentrar em si o desejo material das sociedades, tornou-se elemento indispensável na organização econômica e política dos povos.

Com a difusão das ideias iluministas no século XVIII, pensadores como Voltaire, Rousseau, Diderot, Kant e Montesquieu defenderam a liberdade comercial, a paz entre as nações e o direito dos cidadãos ao exercício de atividades econômicas. A partir dessas influências, surgiram propostas de reformulação dos sistemas monetários, com o objetivo de garantir maior equilíbrio nas arrecadações fiscais e consolidar os fundamentos do liberalismo, que posteriormente influenciaria os Estados modernos.

1.4 Idade Contemporânea

A partir das transformações provocadas pelo Iluminismo e pelo avanço das ideias liberais, os Estados começaram a definir com mais clareza suas moedas nacionais. Em muitos países, estabeleceu-se a conversão direta entre o dinheiro e metais preciosos, como ouro e prata, o que conferia maior segurança às transações. Na perspectiva de Dal Ri Júnior (2004), essa paridade fixa, aliada à liberdade de circulação de capitais, criou as condições necessárias para o fortalecimento da política monetária enquanto campo autônomo de regulação econômica.

Os debates em torno da moeda ultrapassaram os limites da economia e passaram a ocupar o imaginário das nações em formação. Moedas cunhadas não eram apenas peças utilitárias, mas também veículos de identidade e soberania ao longo do século XIX. É o que se observa, por exemplo, nas moedas dos séculos XVIII, XIX e XX, que trazem consigo elementos simbólicos da política e da cultura de seus povos, além de funcionarem como vestígios materiais das relações comerciais da época (Rosário & Silva, 2024).

Com o advento da Segunda Revolução Industrial e o fortalecimento das correntes neoclássicas, o termo “monetário” ganhou status técnico, passando a ser tratado quase exclusivamente por economistas. Conforme analisa Neiburg (2007), foi nesse período que surgiram tentativas de padronizar os critérios que definiriam quais moedas seriam consideradas “saudáveis” ou viáveis para uso em larga escala. Ao mesmo tempo, estudiosos como George Simmel e François Simiand propuseram

reflexões sobre a moeda como uma forma de objetificação social — um instrumento que, além de medir o valor das coisas, também media relações humanas.

1.5 Brasil: Primeiro contato e período colonial

Não demorou para que esse processo de ressignificação da moeda atravessasse o oceano e chegasse ao território brasileiro. Aqui, o escambo ainda resistia como forma de troca entre comunidades, sobretudo nas regiões mais afastadas dos centros coloniais. Mas, gradualmente, o uso de itens que não eram produzidos localmente passou a exigir novas formas de mediação. Na visão de Rigo e França (2017), esse foi o terreno fértil para o surgimento da moeda-mercadoria, um estágio intermediário entre a troca direta e o sistema monetário propriamente dito.

Durante os primeiros contatos com os colonizadores, os habitantes das terras que viriam a se chamar Brasil passaram a trocar pau-brasil e outros produtos naturais por objetos trazidos da Europa, como contas, anzóis e utensílios diversos. Com o tempo, essa relação se desequilibrou. A ausência de negociação efetiva e o aumento da demanda por produtos específicos impuseram novas dinâmicas de troca, nas quais o valor das mercadorias já não era mais definido de forma espontânea, mas sim imposto por interesses externos.

Nem sempre a moeda no Brasil teve um sistema claro e estável. Durante o período colonial, as trocas foram marcadas por adaptações e improvisos. Uma das maiores mudanças nesse cenário ocorreu com a descoberta das jazidas de ouro, no século XVII. O metal precioso encontrado em solo brasileiro foi responsável por alterações importantes no equilíbrio monetário europeu. De acordo com Dal Ri Júnior (2004), boa parte desse ouro era escoado para a Inglaterra via Portugal, o que fortaleceu a hegemonia britânica no cenário monetário internacional.

Esse afluxo intenso de metais provocou efeitos em cadeia: o preço do ouro caiu nos mercados externos, ao passo que a prata se desvalorizou internamente, gerando instabilidades nos sistemas de câmbio. Para além dos números e dos registros oficiais, esse momento revela como o território brasileiro passou a ser peça central em um jogo econômico de alcance global.

Não tardou para que surgissem medidas mais estruturadas para controlar a circulação monetária. Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, novas moedas começaram a circular com maior frequência. A moeda espanhola de prata já era

amplamente usada por aqui desde o final do século XVI, mas a intensificação das relações comerciais demandava mais controle. A criação da Casa da Moeda do Brasil, em 1695, na Bahia, foi uma resposta direta a essa necessidade. A intenção era clara: substituir gradualmente as moedas estrangeiras por uma produção local, regulada e reconhecida (Coimbra, 2015).

A fundação dessa primeira Casa da Moeda trouxe consigo uma série de cuidados técnicos. Era preciso garantir o peso correto das peças e evitar fraudes — como o hábito de raspar as bordas das moedas de ouro para extrair o metal. A solução veio em forma de inovação: cunhou-se uma nova remessa de moedas com serrilha nas bordas, sinalizando imediatamente qualquer tentativa de desgaste. Esse modelo, inclusive, serviu de base para os formatos atuais de peças metálicas.

Logo em seguida, outras unidades de cunhagem foram criadas em diferentes regiões, como o Rio de Janeiro e Pernambuco, numa tentativa de descentralizar a produção e atender à demanda crescente. Apesar desses esforços, nem sempre a circulação foi suficiente para manter o equilíbrio do mercado interno. A escassez de moedas menores levou à autorização do uso de peças de cobre cunhadas em Portugal e destinadas, originalmente, ao mercado africano. A população estranhou no começo, mas acabou aceitando a novidade com o tempo (Coimbra, 1959b).

Com o passar dos anos, a moeda brasileira continuou a sofrer transformações em sua forma, material e simbologia. Um dos momentos marcantes ocorreu em 1720, com a criação da Casa da Moeda de Minas Gerais, instituída no reinado de D. João V. A medida foi tomada após o saque à Casa do Rio de Janeiro, exigindo uma reorganização da cunhagem. Ainda assim, o funcionamento da nova unidade foi breve: após apenas 14 anos, ela foi desativada e sua estrutura transferida novamente para o Rio, reforçando a centralidade econômica da região (Coimbra, 1959b).

Nesse percurso, as moedas brasileiras carregavam traços da cultura portuguesa, tanto no nome quanto na estética. Peças como o Vintém e o Réis expressavam a ligação direta com a metrópole. Enquanto uma se destacava pelo peso, a outra remetia diretamente ao reinado, conferindo à moeda um caráter não apenas funcional, mas também político e simbólico. O valor da moeda, nesse contexto, refletia mais do que seu conteúdo em metal: era também uma extensão da autoridade que a emitia.

Com o crescimento das atividades comerciais e o aumento das movimentações de ouro, as tensões entre o centro e as províncias se intensificaram. Os comerciantes

locais, por exemplo, muitas vezes se sentiam à margem dos processos de decisão que envolviam a cunhagem e a circulação da moeda. A emissão de novas peças, como as moedas de cobre com mensagens latinas exaltando seu valor prático, procurava apaziguar essa sensação de exclusão e demonstrar que o Estado reconhecia a importância do pequeno comércio e da moeda fracionária.

Ao longo do século XVIII, sucessivas alterações na gestão das Casas da Moeda e nas políticas de cunhagem foram implementadas, acompanhando as transformações do próprio império. Um exemplo significativo foi a substituição gradual da moeda de ouro por certificados emitidos pelas oficinas de fundição, principalmente a partir de 1808. Esses certificados, que representavam uma quantidade de ouro depositada, passaram a ser aceitos como meio de pagamento. Essa inovação antecipava, de certa forma, o surgimento das primeiras cédulas (Banco Central do Brasil, 2002).

1.6 Brasil Império

Em meio a essas mudanças, o uso da moeda consolidou-se como instrumento de regulação da economia e símbolo da identidade nacional. As transformações políticas, como a chegada da família real ao Brasil, e mais tarde, a independência do país, provocaram novas demandas e ajustes no sistema monetário. As moedas passaram a trazer os símbolos do império recém-nascido, adaptando elementos visuais e textuais ao novo cenário. Mesmo assim, o processo de substituição da lógica colonial foi gradual e repleto de contradições.

No início do período imperial, a circulação de moedas ainda enfrentava obstáculos. Apesar das reformas e da criação de novas unidades de cunhagem, havia escassez de peças em circulação, o que comprometia as trocas comerciais no cotidiano. Como forma de compensar a falta de moedas fracionárias, comerciantes passaram a adotar carimbos nas moedas de cobre, atribuindo-lhes valores simbólicos aceitos localmente. Essa prática, embora informal, revela a criatividade popular diante das limitações do sistema oficial (Coimbra, 1959a).

Durante as primeiras décadas do Império de D. Pedro II, a moeda brasileira atravessou um cenário instável. A abolição da cunhagem em ouro em 1831, aliada ao desaparecimento das barras metálicas nas Casas de Fundição, trouxe mudanças significativas no modo como o dinheiro circulava no país. Para suprir as necessidades

econômicas mais imediatas, o governo imperial recorreu a empréstimos junto ao Banco do Brasil — algo que já havia sido feito anteriormente por D. João VI. Essa dependência do sistema bancário demonstrava não apenas a fragilidade das finanças imperiais, mas também a crescente importância das instituições financeiras na política econômica nacional.

Ainda segundo Coimbra (1959a), as moedas desse período mantinham símbolos associados ao Império, como o escudo *samnítico*, que aparecia nas peças até meados do século XIX. As alterações na iconografia monetária seguiam os ciclos políticos: nomes de reis, datas e brasões eram atualizados conforme as mudanças no poder. Mesmo assim, as estruturas de produção e a quantidade de moedas disponíveis continuavam insuficientes para atender às demandas de uma economia em crescimento.

1.7 Brasil República

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou uma nova fase da história monetária brasileira. A mudança de regime trouxe consigo a necessidade de reformular os sistemas simbólicos e institucionais ligados ao dinheiro. A primeira moeda republicana, conhecida como Mil-réis, ainda guardava traços do período anterior, mas seu valor passou a ser calculado com base nos materiais utilizados — metais mais valiosos determinavam valores mais altos, enquanto ligas simples eram destinadas às moedas de menor valor.

O século XX começou com fortes transformações no cenário econômico internacional. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, promoveu reformas profundas na política monetária, influenciado pela crise global de 1929. Conforme observa Pierucci (2004), a queda nos preços do café, a paridade cambial artificial do Mil-réis e a fuga de capitais estrangeiros levaram à rápida erosão das reservas nacionais. Em resposta, o Estado passou a controlar o mercado de câmbio e centralizou a emissão de moeda, transferindo essa função ao Banco do Brasil.

Essas mudanças buscavam modernizar a economia e estabelecer um sistema monetário mais coeso e protegido de instabilidades externas. Embora nem todas as medidas tenham surtido o efeito esperado de imediato, elas representam um esforço concreto de reestruturação, aproximando o país dos modelos adotados por outras economias industrializadas.

À medida que o Brasil transitava para o período republicano, a preocupação com a estabilidade monetária passou a ocupar o centro das decisões políticas e econômicas. A mudança não foi apenas simbólica — ela exigiu a criação de uma nova linguagem econômica que expressasse os ideais republicanos e ao mesmo tempo garantisse funcionalidade às transações do cotidiano. Os mil-réis, apesar de herdados do império, ganharam nova roupagem, e com o passar dos anos, materiais mais simples passaram a compor as moedas, distanciando-se das antigas peças em ouro e prata.

As décadas seguintes testemunharam diversas tentativas de ajuste na economia nacional, sendo a moeda, muitas vezes, o reflexo direto das tensões internas e externas. A crise mundial de 1929, por exemplo, teve efeitos profundos sobre a economia brasileira, especialmente com a queda do preço do café — principal produto de exportação na época. A escassez de divisas estrangeiras e a fuga de capitais exigiram mudanças drásticas, e foi nesse contexto que o governo de Getúlio Vargas implantou reformas estruturais, incluindo o Plano de Emissão de Moedas, que modernizou o sistema e centralizou a política monetária nas mãos do Banco do Brasil (Pierucci, 2004).

A nova organização trouxe ganhos no curto prazo, mas os desafios de manter a estabilidade persistiram. Em 1942, o país abandonou os mil-réis e adotou o cruzeiro, uma nova unidade monetária pensada para acompanhar as transformações sociais e econômicas em curso. A reforma também visava controlar a inflação e oferecer um novo marco para a economia brasileira. O papel do Estado como regulador direto da moeda foi reafirmado, fortalecendo a ligação entre soberania e controle financeiro.

Essas transições, no entanto, nem sempre garantiam estabilidade duradoura. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o país vivenciou momentos de aparente crescimento — o chamado “milagre econômico” — que conviviam com altos índices inflacionários. Diversas alterações na moeda foram propostas, como o cruzeiro novo e, posteriormente, uma nova versão do cruzeiro. Essas mudanças não se limitavam a nomes ou valores nominais: refletiam a tentativa contínua de acompanhar o ritmo das transformações políticas e econômicas, internas e externas.

Nem mesmo as sucessivas mudanças de nome e valor conseguiram conter o desgaste do poder de compra da moeda brasileira ao longo do século XX. Os anos 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por inflação elevada, perda de referência nos preços e, principalmente, pela desconfiança da população em relação ao dinheiro

que circulava. A cada tentativa de estabilização — fosse com o cruzado, o cruzado novo ou o retorno do cruzeiro — renovavam-se as esperanças de controle, mas também cresciam as frustrações diante dos efeitos passageiros dessas medidas.

Foi só a partir de uma estratégia mais estruturada, centrada no Plano Real, que o país alcançou maior estabilidade. A introdução da Unidade Real de Valor (URV), ainda em 1993, serviu como um indexador para ancorar os preços e preparar a população para a nova moeda. Esse processo gradual, ao contrário das mudanças abruptas anteriores, deu às pessoas um tempo para se adaptarem. Conforme observa Neiburg (2007), o uso da URV como instrumento de transição ajudou a consolidar a economia como campo de atuação técnica e especializada, com capacidade de interferir diretamente no cotidiano das famílias.

A adoção definitiva do real, em 1994, não representou apenas uma nova fase monetária, mas também o início de uma nova lógica de relação entre Estado, mercado e sociedade. Mais do que um símbolo nacional estampado em papel ou metal, a moeda passou a carregar a função de estabilizar, proteger e dar continuidade aos projetos econômicos e sociais do país. Mesmo com as flutuações cambiais e as novas pressões do cenário internacional, o real permanece, até hoje, como uma das moedas mais longevas da história brasileira recente.

Ao olharmos esse percurso, fica perceptível que a moeda vai muito além de um instrumento prático para comprar e vender. Ela condensa valores culturais, históricos e políticos. Representa a confiança — ou a falta dela — em quem governa, em quem legisla, em quem promete futuro. Por isso, compreender sua trajetória é também refletir sobre os caminhos que um povo percorreu para construir seu presente econômico. A moeda, afinal, é parte viva da história social que pulsa nos bolsos e nas escolhas de uma nação inteira.

2 A moeda como instrumento de ensino de Matemática

O tema da Educação Financeira (EF), como abordado neste trabalho, ainda apresenta caráter descentralizado, especialmente quando se considera a realidade social brasileira. Muitos indivíduos enfrentam dificuldades em lidar com o dinheiro, não apenas por conta da renda limitada, mas, sobretudo, pela ausência de conhecimentos básicos sobre gestão financeira. Essa lacuna contribui para a inadimplência, dificultando ações simples do cotidiano, como pagar contas em dia ou realizar despesas emergenciais com segurança (Soares, 2021).

Esse cenário é agravado pela falta de formação voltada à compreensão do valor monetário e pela pouca tradição de poupança entre as famílias brasileiras. Como observado pelo Banco Central do Brasil (2018), a principal razão apontada para não poupar está relacionada não somente à escassez de recursos, mas à falta de planejamento. Essa ausência de cultura financeira encontra raízes tanto na instabilidade histórica da moeda nacional, como discutido na seção anterior, quanto na carência de orientações formais sobre o tema ao longo da educação básica.

2.1 A Interdisciplinaridade da Matemática com a História: Abordagens da Educação Financeira

É nesse contexto que a História da Matemática se torna uma aliada importante. Ao apresentar a moeda como elemento histórico e social, é possível dar significado aos conceitos matemáticos, aproximando-os da vivência dos estudantes (Augusto, 2011). A relação interdisciplinar entre Matemática e História oferece um terreno fértil para construir aprendizagens contextualizadas, profundas e conectadas ao mundo real. A EF, ao dialogar com essas duas áreas, potencializa a formação de sujeitos mais conscientes, autônomos e socialmente responsáveis.

Incluir esse tema na escola, portanto, não é apenas oportuno, é urgente. Ao abordar a moeda sob o viés matemático, propõe-se um caminho para compreender o planejamento e o controle de gastos como práticas acessíveis e necessárias, tanto no nível individual quanto coletivo. **Como aponta a BNCC** (Brasil, 2018), projetos que envolvem o estudo do dinheiro, dos impostos e do consumo em diferentes épocas podem enriquecer a prática pedagógica e tornar a Matemática mais significativa no cotidiano dos alunos.

Ao tratar da moeda em sala de aula, é possível perceber o quanto ela se transforma em uma ponte entre o passado e o presente, permitindo que os estudantes reflitam sobre os caminhos trilhados até o formato de capital que conhecemos hoje. No entanto, nem sempre essa trajetória é discutida com profundidade, o que esvazia o potencial pedagógico do tema. Por isso, refletir sobre como o dinheiro passou a assumir seu valor atual, com base nas transformações históricas, ajuda a ampliar a compreensão sobre o seu uso na sociedade contemporânea, conforme cita Andrade (2019).

No campo da Antropologia, esse debate se apresenta por meio de diferentes correntes. Uma delas, mais ortodoxa, parte da ideia de que o valor do dinheiro está relacionado à quantidade de moeda em circulação — quanto maior a oferta, menor seu valor. Já a vertente heterodoxa entende que é o Estado que confere legitimidade ao dinheiro, criando uma base de confiança sobre a qual se sustentam as trocas econômicas (Neiburg, 2007). Essa leitura ajuda a compreender porque, mesmo em momentos de instabilidade, a moeda ainda circula: ela carrega consigo um pacto de fé, um acordo coletivo de que vale aquilo que diz valer.

A depender do contexto econômico, esses acordos simbólicos podem entrar em crise. Em tempos de inflação alta, por exemplo, os efeitos recaem, sobretudo, sobre as classes mais vulneráveis. O acesso ao crédito, a variação nos preços e as políticas fiscais afetam diretamente a forma como a população lida com o dinheiro. Nesse sentido, a reflexão sobre o passado monetário brasileiro ganha ainda mais relevância, pois permite identificar como surgiram certas desigualdades e de que maneira elas se perpetuam nas estruturas sociais (Andrade, 2019).

Falar da “saúde” de uma moeda, portanto, é também falar da saúde de um país, inclusive, para Neiburg (2007), uma moeda considerada autêntica é aquela que consegue, ao mesmo tempo, exercer três funções: servir como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor. No caso brasileiro, a sucessão de moedas ao longo da história, como explorado na seção anterior, evidencia um esforço constante de reequilíbrio. Se por um lado essas mudanças tentavam conter os efeitos das crises, por outro demonstravam a fragilidade de um sistema que nem sempre conseguia garantir estabilidade por muito tempo.

2.2 O valor e seus significados

Pensar em **Educação Financeira** é também considerar os diversos significados atribuídos ao valor. No cotidiano, esse conceito aparece com múltiplas roupagens, nem sempre associadas exclusivamente ao dinheiro. Por isso, ao abordar a moeda em sala de aula, é possível abrir espaço para discussões que envolvam tanto o valor econômico quanto os valores culturais, sentimentais, materiais e até pessoais — cada um com sua carga simbólica e formativa.

O **valor econômico** talvez seja o mais familiar, pois se refere diretamente à precificação de produtos e serviços. Aqui, a lógica é clara: aquilo que tem um preço definido pode ser comprado, vendido ou trocado. Porém, essa definição é instável, variando conforme o tempo, a escassez e a procura. Um exemplo marcante é o impacto da hiperinflação nas décadas de 1980 e 1990 (Pierucci, 2004), período em que a moeda perdeu drasticamente seu poder de compra e preparou o terreno para a criação do Plano Real.

O **valor sentimental**, por outro lado, escapa à lógica do mercado. Um objeto pode não ter grande valor financeiro, mas carregar consigo memórias, afetos e histórias. Nesse campo, não há negociação possível: o que vale não é o que custa, mas o que representa (Pickering, 2020). Já o valor material se aproxima mais da lógica econômica, embora com suas particularidades. Ele diz respeito ao preço de um objeto, especialmente aqueles considerados raros ou colecionáveis, cujo valor cresce com a limitação de oferta ou com a exclusividade.

No que se refere ao valor cultural, entra em cena o patrimônio — material ou imaterial — de uma comunidade. Esse tipo de valor se constrói coletivamente, a partir de práticas, objetos e espaços que simbolizam a identidade de um povo. Pode ser um instrumento musical, uma festa popular ou até uma moeda antiga, preservada em um museu. Nesse sentido, o ensino da moeda também pode funcionar como caminho para tratar da memória, da preservação e do reconhecimento da diversidade cultural (Fernandes, 2005).

Um exemplo relevante nesse contexto é a Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG), que ao longo da história desempenhou diversas funções — de residência a centro administrativo e sede da fazenda real. Atualmente, abriga um museu que reúne elementos da mineração, da circulação monetária e da própria formação econômica do Brasil (Keller, 2024). Espaços como esse possibilitam que a moeda seja

compreendida não apenas como objeto de cálculo, mas como parte de uma narrativa maior, que ajuda a contar a história de um país.

Ao **discutir valor, não se pode deixar de lado o aspecto pessoal**, visto que cada indivíduo carrega princípios, crenças e referências que influenciam suas decisões e seu modo de se relacionar com o mundo — inclusive com o dinheiro. A valorização pessoal, muitas vezes associada à formação educacional, aponta para a importância do conhecimento como um bem que não se deprecia com o tempo (Soares, 2021; Carvalho, 1998). Cursos, experiências e saberes acumulados integram esse patrimônio intangível que, embora não se converta diretamente em moeda, transforma a forma como cada sujeito se posiciona diante da vida.

A moeda, nesse sentido ampliado, não é apenas uma peça de metal ou uma nota de papel: ela está carregada de significados. Foi tema de estudos por grandes pensadores e ainda hoje é alvo de discussões entre economistas, justamente por não haver um consenso definitivo sobre seu papel ou definição (Coimbra, 1956). Isso mostra que sua importância vai além da economia: ela dialoga com a política, com a cultura e com a memória social.

Refletir sobre as moedas também é uma forma de preservar a história, de modo que cada transformação monetária revela um momento específico, marcado por desafios, rupturas e tentativas de reorganização social. Ao trazer essa discussão para a escola, amplia-se a consciência histórica dos estudantes, permitindo que eles compreendam as relações entre mudanças econômicas e seus impactos na vida cotidiana. A Educação Financeira, nesse contexto, assume um papel educativo e formativo, contribuindo para o exercício da cidadania (Cordeiro, 2018).

Portanto, **falar sobre moeda na perspectiva da BNCC e da EF** é reconhecer o potencial de articulação entre diferentes áreas do saber. A Matemática ganha densidade quando se liga à História, e o ensino se torna mais significativo quando se aproxima da realidade dos alunos. Ao promover esse tipo de abordagem, a escola contribui não apenas para o desenvolvimento de competências técnicas, mas também para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e preparados para lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

3 Relatos de experiência de atividade pedagógica de ensino e aprendizagem acerca da História da Moeda

3.1 Origem da proposta, contexto escolar e envolvimento dos participantes

O presente relato de experiência nasceu da inquietação em perceber que, apesar de sua importância, a história da moeda é pouco abordada no contexto escolar. A Educação Financeira (EF), embora tenha conquistado espaço nos documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda é uma temática pouco explorada de forma crítica e interdisciplinar. A intenção deste trabalho foi justamente provocar um olhar mais atento à trajetória do dinheiro, aliando esse conhecimento à vivência dos estudantes e à construção de um saber coletivo que articula passado e presente.

A atividade foi desenvolvida com estudantes do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Dr. José Dantas Pinheiro, localizada na cidade de São João do Rio do Peixe, estado da Paraíba. A instituição atende crianças e adolescentes da zona urbana e rural, sendo marcada por uma forte ligação entre escola e comunidade. Participaram diretamente da atividade **cerca de 75 estudantes, com idades entre 12 e 14 anos**, de turmas que apresentam características diversas no que diz respeito à aprendizagem, ao acesso à tecnologia e à vivência com temas como consumo, poupança e planejamento familiar.

O ambiente escolar, ainda que simples em termos de estrutura, é rico em afetos, histórias e vontade de aprender. A aproximação com os estudantes foi construída com base na escuta atenta e na valorização das experiências que cada um trazia consigo. Desde o início, buscou-se criar um espaço em que o conhecimento não fosse apenas transmitido, mas vivido, investigado e ressignificado em diálogo com a realidade de cada turma.

O **ponto de partida da atividade** foi uma série de rodas de conversa, nas quais questões como “Para vocês, o que é o dinheiro?”, “O que significa economizar?”, “Vocês conhecem o termo poupança?” foram lançadas para provocar o pensamento. Essas perguntas iniciais já permitiram perceber que o tema despertava interesse e, ao mesmo tempo, apresentava lacunas no entendimento dos estudantes. Muitos

relacionavam o dinheiro apenas ao gasto imediato, sem considerar conceitos como planejamento, orçamento e valor subjetivo.

Essas **falas espontâneas revelaram** a necessidade de tratar o tema de forma mais ampla, sem perder o vínculo com a linguagem cotidiana dos alunos. O conhecimento partiu da realidade vivida — das dificuldades financeiras narradas, das experiências familiares com compras parceladas, da surpresa ao descobrir que o dinheiro que temos hoje passou por tantas transformações.

Com base nessa escuta inicial, iniciamos as primeiras ações da atividade. A metodologia escolhida se apoiou na curiosidade como motor da aprendizagem. Ao notar a escassez de materiais voltados para a história da moeda no ambiente escolar, especialmente no Ensino Fundamental, surgiu a vontade de reunir conteúdos mesmo que originalmente destinados ao campo da economia e transformá-los em recursos acessíveis e significativos para os estudantes.

As rodas de conversa revelaram diferentes níveis de familiaridade com os conceitos discutidos, dado que alguns alunos já tinham escutado algo sobre inflação, outros relacionavam dinheiro apenas ao salário dos pais ou a presentes que gostariam de ganhar. Em comum, havia a percepção de que o dinheiro existia para ser gasto — uma ideia que, ao longo do processo, seria ampliada com delicadeza e intencionalidade.

Foi nesse contexto que surgiram os **primeiros exercícios reflexivos**, de modo que a turma foi convidada a pensar sobre a ideia de “valor”. Inicialmente, o valor econômico predominava nas falas: tudo era precificado, mensurável em reais. Mas, aos poucos, começaram a surgir outras formas de valor, como o sentimental, o material, o cultural e o pessoal. Esses desdobramentos não foram imediatos, e exigiram tempo e cuidado para que os estudantes compreendessem que nem tudo que vale tem um preço — e nem tudo que tem preço é, de fato, valioso.

Com base nessa discussão, propus a **realização de uma pesquisa domiciliar**: os estudantes foram orientados a conversar com familiares sobre o que entendiam por dinheiro, como organizavam os gastos em casa, se havia ou não planejamento, e quais memórias tinham de mudanças econômicas ao longo do tempo. Essa atividade, ainda que simples, trouxe ao ambiente escolar uma variedade de relatos e ampliou a escuta sobre o cotidiano dos estudantes fora da escola.

Ao longo de 4 horas-aula, foi possível reunir essas informações em sala, criando um mapa de saberes compartilhados que serviu de base para a continuidade

do trabalho. O cotidiano se fez presente em cada etapa, e isso possibilitou que o conteúdo ganhasse mais sentido — não como algo imposto, mas como algo descoberto junto, na partilha das experiências.

3.2 Materiais e métodos da atividade pedagógica: passos de sua realização

A **organização metodológica desta atividade pedagógica** de ensino e aprendizagem acerca da História da Moeda se deu de forma gradual, respeitando o ritmo de aprendizagem das turmas e acompanhando a escuta sensível do que emergia nas rodas de conversa. Desde o início, buscou-se evitar um planejamento engessado, permitindo que as próprias curiosidades e dúvidas dos estudantes moldassem os caminhos a seguir. A flexibilidade, nesse caso, não foi ausência de organização, mas uma escolha intencional para manter viva a conexão entre o conteúdo e o contexto de quem aprende.

Após o momento inicial de escuta e a realização da pesquisa domiciliar, as ações seguintes foram pensadas para fortalecer a compreensão dos conceitos discutidos. A condução da atividade pedagógica envolveu o uso de aulas expositivas-dialogadas, leitura de trechos adaptados do material “O que é o dinheiro?” (Banco Central do Brasil, 2002), vídeos curtos com temáticas relacionadas ao escambo e à história das moedas, além de atividades práticas e artísticas.

Os **materiais utilizados** foram simples, mas bastante funcionais para a proposta: cartolinas, pincéis, slides projetados com ilustrações, encartes didáticos, cadernos, lápis de cor e canetas. Tudo isso foi reunido com o propósito de tornar o conteúdo mais palpável, abrindo espaço para que os estudantes se reconhecessem nos exemplos e pudessem também construir novas interpretações a partir do que já sabiam.

Cada **etapa da atividade** procurou costurar três elementos principais: o entendimento histórico da moeda; a sua função social e econômica; e os múltiplos sentidos simbólicos que ela pode assumir no cotidiano. Mais do que transmitir conteúdo, a intenção foi criar um espaço onde os estudantes pudessem elaborar seus próprios entendimentos, sempre mediados pelo diálogo com os colegas, com os familiares e com a professora.

A **escolha metodológica adotada na atividade** seguiu uma abordagem qualitativa e formativa, considerando a experiência do aluno como ponto central da

aprendizagem. Ao priorizar o envolvimento real com os temas tratados, optou-se por práticas que acolhessem diferentes formas de expressão: oralidade, escrita, produção visual, debate e representação simbólica. Essa multiplicidade favoreceu o engajamento e permitiu que diferentes estilos de aprendizagem fossem contemplados ao longo do percurso.

A cada novo conteúdo abordado, os estudantes demonstravam mais interesse. Depois de compreendida a lógica do escambo e seus limites, passamos a discutir como surgiram as primeiras moedas cunhadas, os diferentes materiais utilizados em sua fabricação e o papel dos Estados na regulação das trocas econômicas. As aulas, nesse período, ganharam um caráter investigativo: os estudantes traziam perguntas, histórias de familiares, notícias recentes e até moedas antigas encontradas em casa para compartilhar com os colegas.

O **percurso seguiu explorando a linha do tempo** das moedas brasileiras e a partir das narrativas e dados históricos – que podem ser visualizadas presentes na Seção 1 deste trabalho, intitulada “**Noções sobre História da Moeda**” –, foram trabalhados momentos históricos específicos, como o período colonial, a transição para o império, os ciclos de mudanças monetárias e a criação do Real. Todo esse conteúdo foi distribuído ao longo de doze horas-aula, nas quais se alternavam explicações, leitura de materiais selecionados, produção coletiva de esquemas no quadro e discussões em grupo.

Na **etapa final da atividade pedagógica**, propôs-se a criação de cartazes temáticos sobre cada uma das moedas estudadas. As turmas foram divididas em grupos, e cada grupo ficou responsável por uma fase da história monetária brasileira. O objetivo era que os estudantes elaborassem, com base no que aprenderam, uma representação visual do período designado, incluindo o nome da moeda, o material de cunhagem, o tempo de circulação, e, sempre que possível, uma ilustração do item.

Os **cartazes foram confeccionados** com autonomia e criatividade, e muitos grupos trouxeram elementos adicionais: panfletos antigos, desenhos autorais, trechos de reportagens, gráficos de inflação, entre outros. A culminância dessa produção aconteceu na II Feira do Aluno Empreendedor, realizada em novembro de 2023, ocasião em que os estudantes apresentaram seus trabalhos para os colegas de outras turmas e para a comunidade escolar. Essa etapa final foi marcada por entusiasmo, envolvimento coletivo e apropriação do conteúdo, que pôde ser compartilhado com orgulho por cada grupo.

3.3 Reflexões sobre a experiência com os estudantes

As **devolutivas construídas ao longo da atividade** pedagógica revelaram, de forma bastante nítida, o quanto os estudantes se envolveram com o processo e desde as rodas de conversa até a culminância na Feira do Aluno Empreendedor, foi possível observar um crescimento no repertório conceitual e na postura crítica diante do tema. As crianças passaram a enxergar o dinheiro para além do uso imediato, reconhecendo seus aspectos históricos, simbólicos e até emocionais.

A **participação ativa dos alunos** se destacou em diferentes momentos a ponto de que no início, as falas espontâneas refletiam um conhecimento mais superficial, muitas vezes atrelado ao consumo e à escassez. Com o andamento da atividade, as trocas se tornaram mais ricas: surgiam comparações com histórias familiares, menções ao valor das coisas no passado, perguntas sobre impostos, bancos, cartões e mesmo sobre os impactos das mudanças econômicas. Essas questões foram acolhidas e trabalhadas com cuidado, sem perder de vista o foco formativo.

Um recurso que se mostrou extremamente potente para esse aprofundamento foram as **rodas de conversa**, realizadas ao longo de todo o processo. Elas permitiram que os estudantes se ouvissem, compartilhassem dúvidas e, principalmente, se percebessem parte de um processo coletivo de construção do saber.

Figura 1 – Roda de conversa entre os estudantes



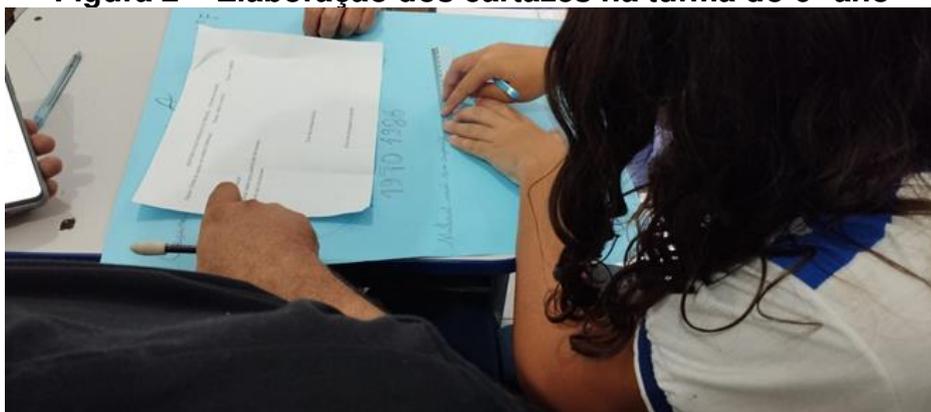
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A introdução dos diferentes tipos de valor – econômico, sentimental, cultural, material e pessoal – foi, inicialmente, desafiadora. A maioria dos estudantes demonstravam familiaridade apenas com o valor monetário. Contudo, com o tempo, passaram a reconhecer que há objetos que não têm preço, mas carregam significados profundos. Alguns alunos mencionaram presentes de familiares falecidos, brinquedos

da infância ou objetos artesanais da comunidade, criando uma ponte entre memória e economia.

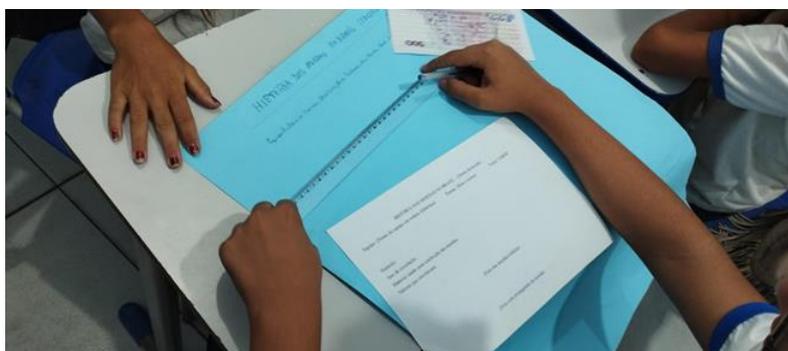
Na etapa de **confeção dos cartazes**, os estudantes demonstraram entusiasmo e senso de pertencimento. Ao dividir as fases históricas entre os grupos, cada turma mergulhou em sua pesquisa com autonomia e criatividade. Os estudantes do 6º ano E foram os primeiros a iniciar a produção, apresentando temas como o escambo, o Réis imperial e o Réis republicano.

Figura 2 – Elaboração dos cartazes na turma do 6º ano



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

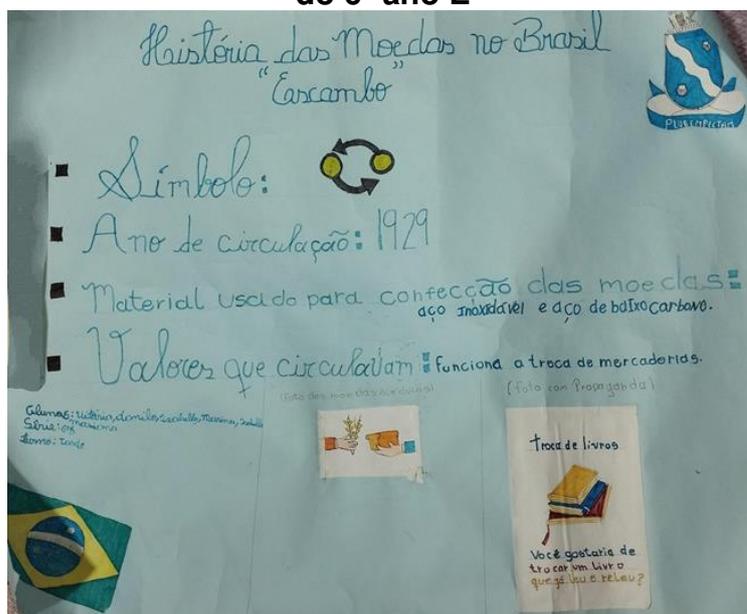
Figura 3 – Elaboração dos cartazes na turma do 7º ano



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Durante a apresentação, os alunos explicaram os conceitos com segurança, relacionando-os ao conteúdo estudado. Algumas falas revelaram uma apropriação crítica do tema. No cartaz sobre o **escambo**, por exemplo, os discentes representaram trocas entre pessoas de diferentes culturas e, ao final, realizaram uma breve encenação teatral, dramatizando como essas trocas ocorriam.

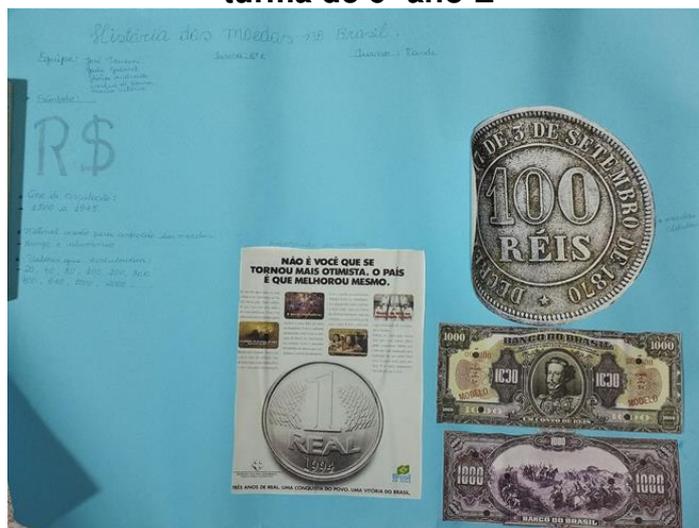
Figura 4 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Escambo na turma do 6º ano E



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na apresentação seguinte, ainda com a turma do 6º ano, o cartaz sobre o **Réis imperial** trouxe elementos simbólicos importantes. Os estudantes destacaram a presença da cruz e do brasão da monarquia portuguesa, além de referências ao ouro como metal de maior prestígio. O grupo também apresentou uma propaganda fictícia que comparava a moeda atual com a imperial, provocando debates sobre desigualdade social e concentração de riquezas no passado e no presente.

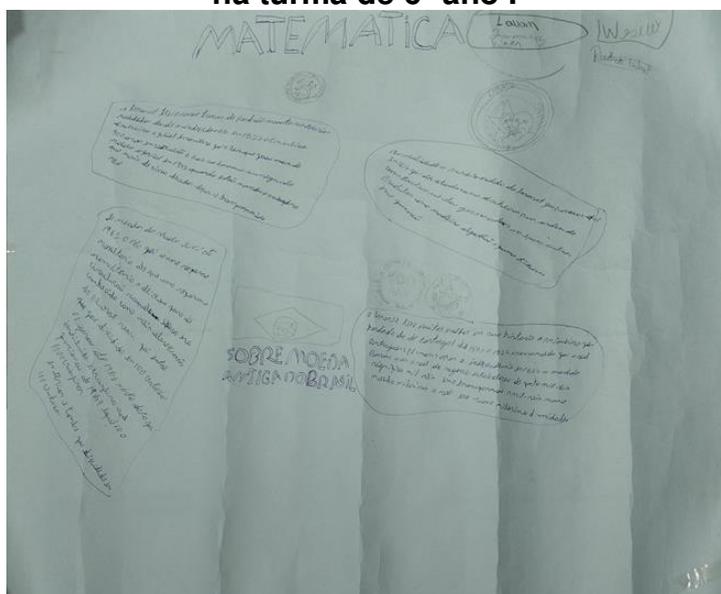
Figura 5 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Réis Imperial na turma de 6º ano E



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Já o cartaz sobre o **Réis republicano**, também elaborado pelo 6º ano, ganhou destaque por seu conteúdo visual. Os estudantes desenharam à mão elementos representativos do período, como a bandeira brasileira e a imagem do Marechal Deodoro da Fonseca, além de ilustrações das moedas da época. Um detalhe interessante foi o vínculo feito entre a proclamação da República e a substituição dos símbolos monárquicos, o que mostra como a aula de História dialogou com a atividade de forma produtiva.

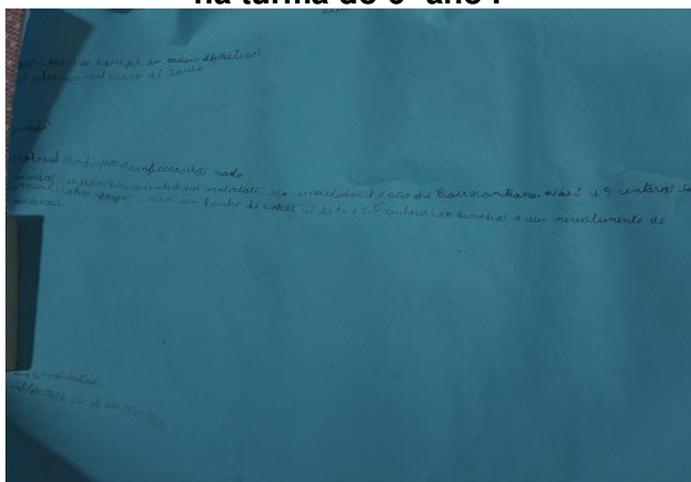
Figura 6 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Réis Republicano na turma de 6º ano F



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A turma do 6º ano F ficou responsável pelas moedas intituladas “Cruzeiro” em suas diversas fases. O grupo que trabalhou com o **Cruzado de 1986** fez questão de destacar a simbologia da palavra, relacionando-a às Cruzadas Medievais e ao ideal de renovação. Os estudantes ainda exploraram o contexto de inflação e os impactos que a criação do Cruzado teve na população brasileira.

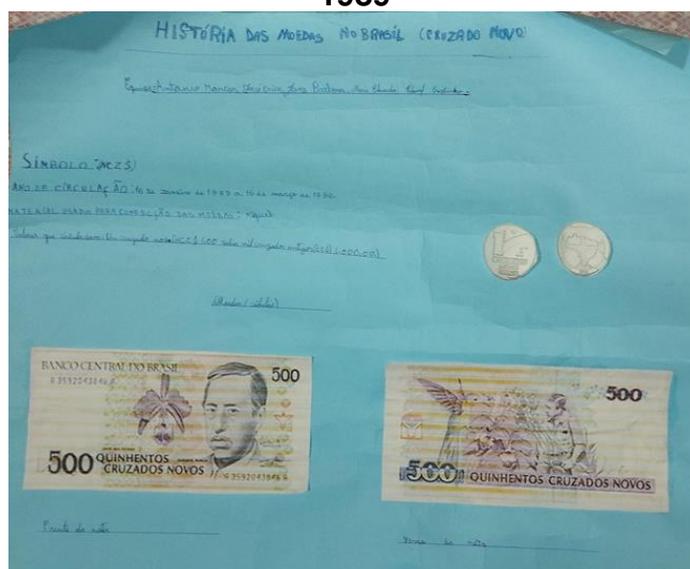
Figura 7 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Cruzado de 1986 na turma do 6º ano F



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Seguindo a ordem cronológica, o cartaz sobre o **Cruzado Novo**, de 1989, apresentou uma reflexão mais aprofundada sobre a instabilidade econômica da época. Os estudantes compararam os dois cruzados e destacaram o curto tempo entre uma moeda e outra, mencionando a dificuldade das famílias em se adaptarem às novas cédulas e valores.

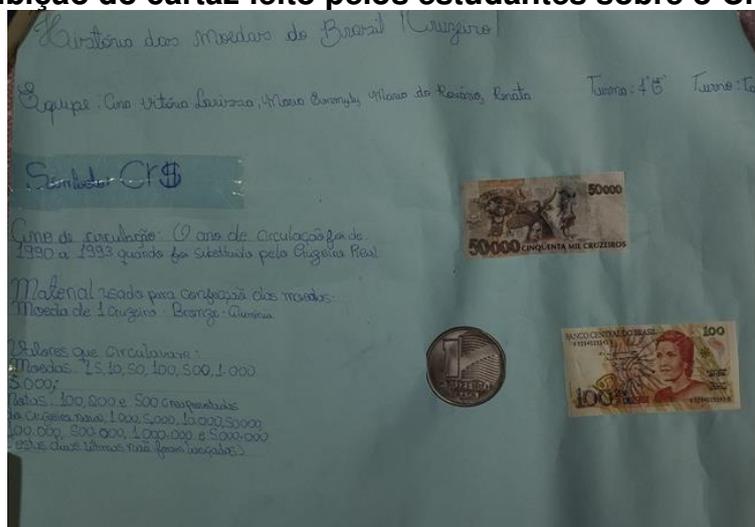
Figura 8 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Cruzado Novo de 1989



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Já o grupo que abordou o **Cruzeiro de 1990** apontou as transformações no design das moedas e a mudança nos materiais utilizados. Foi interessante notar que, mesmo sem terem vivido o período, os estudantes conseguiram compreender os impactos que essa troca constante causava na organização da vida cotidiana, no comércio e nas relações sociais.

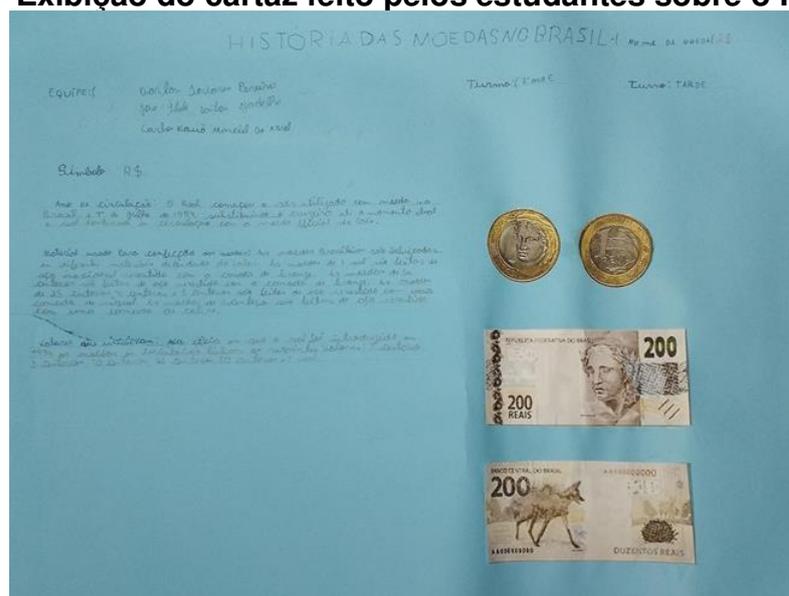
Figura 9 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Cruzeiro de 1990



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A última etapa da linha do tempo ficou sob responsabilidade da turma do 7º ano E, que apresentou os períodos do **Cruzeiro Real e do Real**. O grupo que abordou o Cruzeiro Real conseguiu perceber a importância do plano de transição, entendendo que ele representava uma tentativa de reorganizar o país diante de uma economia instável. Foram discutidos os motivos da mudança e as consequências para o cotidiano da população, inclusive com relatos familiares sobre os tempos de correção monetária.

Figura 10 – Exibição do cartaz feito pelos estudantes sobre o Real de 1994



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No trabalho sobre o Real, os estudantes trouxeram tanto elementos visuais quanto análises mais atuais. Identificaram as diferenças entre a 1ª e a 2ª família da moeda, a mudança do papel para o metal na unidade de 1 real e a criação da nota de 200 reais com o lobo-guará, o que gerou debates sobre visibilidade da fauna brasileira, inflação e segurança do papel-moeda. Foi um momento em que a história da moeda dialogou diretamente com a realidade presente, ampliando as possibilidades de reflexão.

O **espaço da culminância, dentro da II Feira do Aluno Empreendedor**, foi uma celebração do esforço coletivo e da construção de sentido que se deu ao longo de semanas. Os cartazes foram exibidos com orgulho, e os estudantes protagonizaram apresentações dinâmicas, teatrais, críticas e, acima de tudo, conscientes. O ambiente escolar se transformou em lugar de memória, de expressão,

de pertencimento. Cada cartaz, cada fala e cada gesto compôs uma narrativa coletiva que valorizou o saber escolar como lugar de escuta, de descoberta e de reexistência.

Dessa forma, a atividade pedagógica desenvolvida sobre a História da Moeda mostrou que **é possível aproximar conteúdos matemáticos, históricos e econômicos de maneira significativa, valorizando o cotidiano dos estudantes e suas experiências** de vida. O estudo da moeda não se limitou à sua função de troca, mas se ampliou para um campo de compreensão sobre o tempo, as relações sociais, as mudanças políticas e as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Retomar a história da moeda dentro do ambiente escolar, especialmente com turmas do Ensino Fundamental, permitiu um reencontro entre o saber escolar e o saber da vida. Ao reconhecer a moeda como objeto histórico, simbólico e funcional, os estudantes puderam perceber que ela carrega, além de valor econômico, uma história feita de rupturas, continuidades e disputas. Concluir essa atividade é também reiterar o compromisso com uma educação que não separa razão de sensibilidade, que acredita que aprender também é refletir, lembrar, questionar e transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a **investigar a importância da história da moeda no ensino de Matemática**, articulando conteúdos históricos, financeiros e educacionais **à luz da BNCC e da Educação Financeira**. Ao longo da pesquisa, discutimos o percurso da moeda desde o escambo até o Real, compreendendo sua função como instrumento de troca, medida de valor e, sobretudo, como reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram a história do Brasil. Também refletimos sobre como essa trajetória oferece subsídios pedagógicos para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente escolar.

A partir **dos objetivos inicialmente propostos** – investigar a história da moeda, compreender sua relação com a Educação Financeira e analisar sua aplicação pedagógica no ensino de Matemática – foi possível afirmar que todos foram alcançados. A fundamentação teórica apresentou com consistência a evolução da moeda e sua relevância no contexto educacional; a experiência em sala demonstrou que os estudantes puderam compreender e ressignificar esse conteúdo de maneira significativa, relacionando-o com suas vivências, valores e com o cotidiano.

A história da moeda reflete mais do que o desenvolvimento econômico, mas também as mudanças no meio social, político e cultural de um país. Estudar e contar a linha cronológica desde o escambo até o modelo de dinheiro contemporâneo trouxe uma nova mentalidade a respeito da história, em especial ao movimento que gerou o dinheiro da forma como usufruímos atualmente. Mostrar os primeiros registros de troca de mercadorias até a criação de moedas metálicas e a sua transformação ao longo dos séculos nos faz perceber que a moeda sempre desempenhou papel fundamental na organização da sociedade e no estabelecimento de relações comerciais.

Vimos que **a mudança das moedas ao longo da história do Brasil exibe as diferentes fases**, dentre as quais podemos destacar o período de colonização, independência, repúblicas, crises econômicas e avanços sociais. Desse modo, estudar o tema permite uma compreensão mais profunda sobre as questões que marcaram o Brasil, além de ilustrar as estratégias adotadas para a recuperação (ou estabilização) do poder de compra e da confiança da população no sistema econômico.

O mais interessante foi **o protagonismo dos estudantes pela busca do conhecimento do tema**, seja em sala de aula ou em casa. Repassar o que foi comentado em roda de conversa sobre a moeda, seus valores, a importância de compreender o nosso dinheiro e o que aconteceu para termos acesso a ele hoje, a maneira mais sensata de poupar para não se endividar ou disciplinar-se para evitar novas dívidas foi o ponto crucial de satisfação pessoal e coletiva, afinal, o conhecimento foi passado adiante e faz instigar o pensamento crítico nas jovens mentes.

A história da moeda no Brasil é um campo de estudo que vai muito além da simples análise de moedas e cédulas: é uma ferramenta para entender as transformações econômicas, sociais e políticas do país, além de servir como ponto de partida para a integração entre várias disciplinas no processo educativo. Dentro da BNCC, esse tema ganha relevância, ao contribuir para a formação de cidadãos críticos e informados.

A interdisciplinaridade com diferentes áreas de conhecimento enriquece a compreensão dos alunos sobre a dinâmica financeira, enquanto a ENEF oferece as bases para uma educação financeira sólida. O estudo do dinheiro, portanto, é essencial para o entendimento da sociedade brasileira e para a construção de um futuro mais consciente e responsável.

Além disso, a Educação Financeira possui um impacto direto na formação de uma sociedade mais resiliente, ao reduzir as desigualdades socioeconômicas. **Quando os jovens aprendem a lidar com suas finanças de maneira eficaz desde cedo, têm mais chances de alcançar estabilidade econômica no futuro**, contribuindo para uma maior mobilidade social e redução da vulnerabilidade em tempos de crise econômica, refletindo na diminuição da desigualdade de oportunidades.

Portanto, **falar sobre a história das moedas no Brasil** é de suma importância em uma sociedade contemporânea, porque fornece uma **compreensão mais profunda da economia e da política do país**, além de preservar a memória histórica, refletindo questões sociais e econômicas que afetam a vida das pessoas. O impacto desse debate é multifacetado, pois ao entender o passado, é possível traçar estratégias mais eficazes para o futuro.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, André Guimarães. As origens do dinheiro: abordagem ontogenética e abordagem histórico-estrutural. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 37, n. 3, p. 7-21, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/27530/18337>. Acesso em: 07 set. 2024.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **O que é o dinheiro?** 2002. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cadernos_BC-Serie_Educativa_para_crianças/dinheiro.pdf. Acesso em: 05 set. 2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos. *In*: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Cidadania financeira**. Brasília, DF: BCB, 2018. p. 119-127. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB); ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Comitê Nacional de Educação Financeira**. 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF., dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 5, p. 81-90, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73131998000200008>. Acesso em: 10 set. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 529-550, nov. 1956. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/37405>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (I). **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 201-242, mar. 1959a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107278>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 38, p. 445-480, nov. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107505>. Acesso em: 04 set. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (III). **Revista de História**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 215-271, set. 1959b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119727>. Acesso em: 16 ago. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (V). **Revista de História**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 231-267, mar. 1960a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119874>. Acesso em: 16 ago. 2024.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (VI). **Revista de História**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 507-553, set. 1960b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120079/117272>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino Da Matemática Em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841/25699>. Acesso em: 21 ago. 2024.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **História do direito internacional: comércio e moeda cidadania e nacionalidade**, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 320 p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedex**, v. 25, p. 378-388, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sThSK33jrNMh5hQxB7VHWmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2024.

KELLER, Raíssa de; *et al.* Casa dos Contos: paisagem e memória em Ouro Preto. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 272-300, 2022. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/viewFile/1427/1319>. Acesso em: 29 dez. 2024.

PICKERING, Michael; *et al.* **As modalidades da nostalgia**. *Dispositiva*, v. 9, n. 15, p. 7-33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/dispositiva/article/view/23928/16874>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PIERUCCI, A. F. O; *et al.* **Brasil. economia e cultura (1930-1964)**. 3^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 672p.

RIGO, A. S.; FRANÇA, G. C. de . O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-193, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xkJX7X738ByCfDLXW8KFKjc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2024.

ROSARIO, Samuel Antônio Silva do; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Artefatos arqueológicos encontrados na extração de argila na Vila Cuera: moedas e ferramentas de pedra polida. **Nova Revista Amazônica**, Pará, v. 11, n. 2, p. 154-160, dez. 2023. Disponível em:

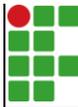
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/download/14711/pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SICREDI; SOUSA, Maurício de. **Vamos aprender brincando com a Turma da Mônica?** 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/sites/turmadamonica/>. Acesso em: 08 set. 2024.

SOARES JÚNIOR, C. A. *et al.* Educação financeira nas escolas. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, Mato Grosso do Sul, v. 5, n. 1, p. 1-17, out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14086/9770>. Acesso em: 17 ago. 2024.

TALAMONI, A. C. B. O programa da descrição densa. *In: Os nervos e os ossos do ofício: uma análise etnológica da aula de Anatomia*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 53-66. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2s7y9/pdf/talamoni-9788568334430-06.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

UNIVERSAL STUDIOS. **Pica-pau e o pé de feijão**. 1966. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x66w2uq>. Acesso em: 21 dez. 2014.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus Cajazeiras - Código INEP: 25008978
	Rua José Antônio da Silva, 300, Jardim Oásis, CEP 58.900-000, Cajazeiras (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0005-07 - Telefone: (83) 3532-4100

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Trabalho de Conclusão de Curso

Assunto:	Trabalho de Conclusão de Curso
Assinado por:	Victoria Ferreira
Tipo do Documento:	Tese
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Victoria Ferreira Feitosa, DISCENTE (202312210005) DE ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA - CAJAZEIRAS, em 21/04/2025 15:33:42.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/06/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1517361

Código de Autenticação: 04e0d03fbd

